

**INSTITUTO FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO
PÓS-GRADUAÇÃO ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO ESCOLAR PARA OS
PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO**

KAMILA COSTA GOMES

**A IMPORTÂNCIA DA GESTÃO ESCOLAR DEMOCRÁTICA NO CONTEXTO
LEGAL E TEÓRICO**

SANTA MARIA DE JETIBÁ - POLO CENTRO- SERRANO

2023

KAMILA COSTA GOMES

**A IMPORTÂNCIA DA GESTÃO ESCOLAR DEMOCRÁTICA NO CONTEXTO
LEGAL E TEÓRICO**

Monografia apresentada à Coordenadoria do Curso de Pós-Graduação Especialização em Gestão Escolar para os Profissionais da Educação, do Instituto Federal do Espírito Santo, *Campus* Centro-Serrano, como requisito parcial para a obtenção do título de Especialista em Gestão Escolar.

Orientador: Prof. Me. Paulo Thiago Piazza

SANTA MARIA DE JETIBÁ – POLO CENTRO- SERRANO

2023

(Biblioteca do Campus Centro-Serrano)

G633i

Gomes, Kamila Costa.

A importância da gestão escolar democrática no contexto legal e teórico / Kamila Costa Gomes. - 2023.
38 f..

Orientador: Piazza Paulo Thiago

TCC (Especialização) Instituto Federal do Espírito Santo, Campus Centro-Serrano, Pós-Graduação Lato Sensu em Gestão Escolar, 2023.

1. Educação - Aspectos sociais. 2. Gestão Educacional. 3. Ensino. 4. Diálogos. I. Paulo Thiago, Piazza. II. Título III. Instituto Federal do Espírito Santo.

CDD: 370.2

Bibliotecário/a: Gabriela de Oliveira Gobbi CRB6-ES nº 825



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO ESPÍRITO SANTO
Autarquia criada pela Lei nº. 11.892, de 29 de dezembro de 2008

ATA DE DEFESA DE TRABALHO FINAL DE CURSO VIA WEB CONFERÊNCIA

Ata de Defesa de Trabalho Final de Curso para concessão do Grau de Especialista pelo Curso de Pós-Graduação Lato Sensu Gestão Escolar para Profissionais da Educação do Instituto Federal do Espírito Santo.

Vitória, ES. Data da Defesa: 10 de novembro de 2023

Candidata: Kamila Costa Gomes

Orientador: Prof. Paulo Thiago Piazza (IFES – Centro-Serrano)

Banca Examinadora:

Prof.^a Me. Laís Rocha Vale (membra interna – IFES Centro-Serrano)

Prof. Me. Marcone Henrique de Freitas (membro interno – IFES Centro-Serrano)

Prof. Me. Márcio Morrison Kaviski Marcellino (membro externo)

Título do Trabalho: A IMPORTÂNCIA DA GESTÃO ESCOLAR DEMOCRÁTICA NO CONTEXTO LEGAL E TEÓRICO

Hora de Início: 16h45m

Link da apresentação virtual: <https://conferenciaweb.rnp.br/sala/paulo-thiago-piazza>

Em sessão pública, após exposição de cerca de 1h, o candidato foi arguido oralmente pelos membros da banca, tendo como resultado:

- (X) APROVAÇÃO DO TRABALHO DE CONCLUSÃO FINAL POR UNANIMIDADE
- () APROVAÇÃO SOMENTE APÓS SATISFAZER AS EXIGÊNCIAS QUE CONSTAM NA FOLHA DE MODIFICAÇÕES NO PRAZO FIXADO PELA BANCA (NÃO SUPERIOR A TRINTA DIAS)
- () REPROVAÇÃO DO TRABALHO DE CONCLUSÃO FINAL

NOTA DA BANCA: 9,5

RESULTADO: APROVADO

Na forma regulamentar foi lavrada a presente ata, que será assinada pelos membros internos da banca via SIPAC e pelo membro externo via assinatura digital.

Vitória, ES (Data da Defesa: 10 de novembro de 2023)



Emitido em 10/11/2023

ATA DE DEFESA Nº 2/2023 - CSE - CCTA (11.02.20.01.08.02.06)

(Nº do Protocolo: NÃO PROTOCOLADO)

(Assinado digitalmente em 12/11/2023 18:51)

LAIS ROCHA VALE

PROFESSOR DO ENSINO BASICO TECNICO E TECNOLOGICO-
SUBSTITUTO

CSE-CCTA (11.02.20.01.08.02.03)

Matrícula: 3324180

(Assinado digitalmente em 10/11/2023 22:49)

MARCONE HENRIQUE DE FREITAS

PROFESSOR DO ENSINO BASICO TECNICO E TECNOLOGICO-
SUBSTITUTO

CSE - CCTA (11.02.20.01.08.02.06)

Matrícula: 3322732

(Assinado digitalmente em 10/11/2023 20:21)

PAULO THIAGO PIAZZA

PROFESSOR DO ENSINO BASICO TECNICO E TECNOLOGICO

CSE - CCTA (11.02.20.01.08.02.06)

Matrícula: 3333676

Visualize o documento original em <https://sipac.ifes.edu.br/documentos/> informando seu número: 2, ano: 2023, tipo:
ATA DE DEFESA, data de emissão: 10/11/2023 e o código de verificação: 58f0028284

RESUMO

A gestão escolar, na perspectiva da gestão democrático-participativa, promove o desenvolvimento da escola e a melhoria do processo de ensino-aprendizagem. Esse projeto tem o intuito de demonstrar, a partir da investigação bibliográfica, que uma gestão escolar de fato democrática, precisa ser também participativa e dialogada. A partir de um breve histórico sobre a democracia no Brasil, mostrando os documentos legais que determinam a gestão democrática, como a Constituição de 1988, as Leis e Diretrizes Básicas da Educação, o Plano Nacional de Educação, entre outros, bem como realizando a leitura e releitura sobre diversos trabalhos de autores que desenvolveram suas obras sobre o assunto que aqui será discutido, constata-se que a culminância da qualidade educacional se dá pela adoção de uma gestão participativa, sustentada pelo diálogo e alteridade.

PALAVRAS-CHAVE: Gestão Escolar Democrática; Diálogo; Participação; Qualidade de ensino.

ABSTRACT

School management, from the perspective of democratic-participatory management, promotes the development of the school and the improvement of the teaching-learning process. The aim of this project is to demonstrate, through bibliographical research, that truly democratic school management needs to be participatory and dialogical as well. Based on a brief history of democracy in Brazil, highlighting the legal documents that determine democratic management, such as the 1988 Constitution, Basic Education Laws and Guidelines, the National Education Plan, among others, and also conducting a reading and rereading of various works by authors who have developed their works on the subject to be discussed here, it is clear that the culmination of educational quality occurs through the adoption of participatory management, sustained by dialogue and alterity.

Keywords: Democratic School Management; Dialogue; Participation; Teaching/learning quality.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	13
1.1 A PESQUISADORA E SEU CONTEXTO	13
1.2 APRESENTANDO A PESQUISA	15
1.3 OBJETIVOS.....	16
1.3.1 Objetivo Geral	16
1.3.2 Objetivos Específicos	16
2. REFERENCIAL TEÓRICO	17
3. METODOLOGIA.....	19
3.1 Temática da Revisão de Literatura	20
3.2 Metodologia da Pesquisa	21
4 REVISÃO DE LITERATURA.....	21
4.1 A GESTÃO ESCOLAR DEMOCRÁTICA NO CONTEXTO LEGAL	23
4.2 A GESTÃO ESCOLAR DEMOCRÁTICA NO ÂMBITO TEÓRICO	24
4.3 QUADRO DA REVISÃO DE LITERATURA – PRODUÇÕES ANALISADAS	28
4.4 ANÁLISE DAS PRODUÇÕES ANALISADAS.....	33
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	34
REFERÊNCIAS	35

1 INTRODUÇÃO

1.1 A PESQUISADORA E SEU CONTEXTO

Meu nome é Kamila Costa Gomes e atualmente resido na cidade de Vila Velha, no estado do Espírito Santo, Brasil. Ingressei na Universidade Federal do Espírito Santo (UFES) no primeiro semestre de 2010, onde iniciei meus estudos em Geografia, cursando a licenciatura e bacharelado. Embora tenha ingressado com a intenção de seguir a área ambiental como fiscal do Ibama, fui atraída pela licenciatura durante o estágio supervisionado, o qual me proporcionou uma experiência única na sala de aula e foi amor à primeira vista. Graduei-me em Licenciatura Plena em Geografia em abril de 2014, e posteriormente, em março de 2015, concluí uma especialização em Educação Ambiental na Faculdade Luso Capixaba.

Durante minha graduação, estagiei pela Prefeitura de Vitória na EMEF “Rita de Cássia de Oliveira”, no bairro Resistência, onde trabalhei com estudantes entre 6 e 14 anos no contraturno, oferecendo reforço escolar. Em maio de 2013, iniciei como Auxiliar de Secretaria Escolar (ASE) na EEEFM “Major Alfredo Pedro Rabayolli” pela Secretaria de Estado da Educação do Espírito Santo em regime de designação temporária, permanecendo como secretária da rede estadual até abril de 2015.

Em julho de 2015, obtive meu primeiro contrato como professora, lecionando Geografia para o ensino médio na EEEFM “Clotilde Rato” (Serra) até dezembro do mesmo ano. Em junho de 2016, conquistei outro contrato no Estado e fui trabalhar como professora de Geografia do ensino fundamental 2 e médio nas escolas EEEFM “Francisca Peixoto Miguel” e EEEFM “Jacaraípe” no município de Serra, onde permaneci até dezembro do mesmo ano. Em 2017, trabalhei em regime de designação temporária na Secretaria Municipal de Viana como professora de Geografia do ensino fundamental 2 até dezembro do mesmo ano.

Ainda em 2018, fui novamente contratada pelo Estado para lecionar Geografia para o ensino fundamental 2 na EEEFM “Antonio Luiz Valiati” (Serra), trabalhando em diversas outras escolas nos municípios de Serra e Vitória pela rede estadual de ensino ao longo do ano. Após minha formação, foi difícil conseguir contrato como DT, pois a maioria dos processos seletivos contavam apenas com titulação e tempo de serviço. No entanto, em junho de 2018, tive a feliz notícia de ter passado dentro das vagas no concurso público para professores e pedagogos do Estado do Espírito Santo, sendo efetivada na Secretaria de Estado de Educação do Espírito Santo em setembro do mesmo ano.

Ao ingressar no modelo de escola integral do Espírito Santo, surge a figura do coordenador pedagógico, que desempenha um papel crucial no desenvolvimento do projeto educacional da escola. Após a pandemia, uma colega professora e eu questionávamos muito sobre a função do coordenador pedagógico e decidimos investigar mais a fundo essa questão. Descobrimos que um dos pré-requisitos para o cargo na rede estadual é ter formação em Gestão Educacional, o que motivou minha colega a me encorajar a me inscrever no curso oferecido pelo Instituto Federal do Espírito Santo (Ifes). Além disso, há algum tempo, eu vinha pensando em voltar a estudar, pois sentia que estava acomodada em minha área de atuação e essa foi a oportunidade que eu precisava para transformar minha vida profissional e acadêmica.

Ao iniciar o curso, muitas dúvidas surgiram em relação ao Projeto Político Pedagógico (PPP) da escola em que atuo. Para minha surpresa, descobri que nunca tinha ouvido falar do PPP, mesmo tendo trabalhado como secretária da escola em 2013. Ao questionar professores mais antigos, percebi que nenhum deles tinha conhecimento sobre o assunto. Segundo o diretor, o PPP está em construção, mas não há participação da comunidade escolar, o que o torna apenas um documento prescrito.

Atualmente, desempenho a função de professora de Geografia, atuando também como tutora de um grupo de estudantes e ocupando o cargo de Professora Coordenadora de Área (PCA) na área de Ciências Humanas.

A escola onde trabalho tem uma excelente infraestrutura física, com salas de aula bem equipadas e um diretor que geralmente consegue providenciar os materiais necessários. No entanto, as condições emocionais são semelhantes à maioria das escolas no Brasil, com muita pressão relacionada à parte burocrática da escola e muitos professores em designação temporária se sentindo ameaçados a perder seus empregos. Isso leva à formação de “panelinhas” e dificulta o alinhamento entre os professores. A gestão escolar não favorece a participação coletiva, e as reuniões gerais são apenas informes do que a trio gestor decidiu sem consultar os professores.

Recentemente, o diretor da escola foi substituído, e a nova gestora tem se mostrado diferente dos outros gestores que conheci até então. A comunidade escolar está sendo ouvida, e mudanças positivas estão ocorrendo. Isso mostra que a gestão democrática participativa pode contribuir para o sucesso da escola e o desenvolvimento dos estudantes.

1.2 APRESENTANDO A PESQUISA

A escolha do tema está diretamente relacionada a minha experiência profissional na área da educação pública, especialmente no âmbito estadual. Como professora, tive a oportunidade de atuar em diversas escolas ao longo de cerca de oito anos. Infelizmente, minha vivência revelou a ausência de uma gestão escolar verdadeiramente democrática e participativa, principalmente no que se refere à escolha dos diretores nas redes estaduais de ensino.

Atualmente, a seleção dos diretores no estado do Espírito Santo é realizada por meio de processos seletivos pouco transparentes e/ou indicações, o que compromete a legitimidade e o engajamento da comunidade escolar.

Foi durante minha pós-graduação em Gestão Escolar pelo Instituto Federal do Espírito Santo que tive um despertar em relação à forma como as escolas são gerenciadas atualmente. Em particular, nas disciplinas de Gestão Democrática e Planejamento do Trabalho Pedagógico, comecei a refletir sobre a gestão da escola em que atualmente trabalho e percebi que há muito a ser feito para torná-la mais participativa e engajada com a coletividade.

Este projeto de pesquisa visa demonstrar que a presença de uma gestão eficaz e participativa desempenha um papel importante no sucesso da educação pública no Brasil. Um gestor escolar deve ser capaz de criar um ambiente colaborativo, onde professores, alunos, funcionários e pais se sintam valorizados e ouvidos. A gestão democrática deve ser incentivada, para que todos possam ter voz e contribuir para o desenvolvimento da escola e, conseqüentemente, do ensino público em geral.

De acordo com a Constituição Federal de 1988, artigo 206, a educação deve ser exercida com base nos princípios da igualdade de condições para o acesso e permanência na escola, liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas, além da gestão democrática do ensino. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/1996), em seu artigo 3º, reforça a importância da gestão democrática nas escolas como um princípio fundamental, estabelecendo que esta deve ser promovida de forma participativa, envolvendo pais, alunos, professores e funcionários no processo de tomada de decisões. O Plano Nacional de Educação (Lei nº 13.005/2014) também destaca a necessidade da gestão democrática como uma das metas para a melhoria da qualidade da educação. Além dessas leis, é importante mencionar que existem leis estaduais e municipais que complementam essas diretrizes, estabelecendo medidas específicas para garantir a gestão

democrática nas escolas em cada região. Com isso, por determinações legais, a gestão escolar deve ser pautada pelo princípio e método democráticos. Além disso, diversos teóricos desenvolveram seus trabalhos na área de gestão escolar democrática, demonstrando o quanto é importante colocá-la em prática.

Segundo Gracindo (2007, p. 36), a gestão democrática é o meio pelo qual toda a comunidade escolar participa das ações e rumos pela qual a escola deve seguir para se alcançar seus objetivos, num processo contínuo de reflexão de suas ações. Dessa forma, para Freire (1995, p. 91), se faz necessário que a escola se torne um local de diálogo, onde as pessoas possam falar e serem ouvidas. Nesse sentido, Luck (1998, p.66) propõe que integrar a comunidade escolar no processo de tomadas de decisão é uma prática positiva para que as ações possam contribuir na solução dos problemas da escola.

Luck (2006), considera que ao promover a participação de todos da comunidade escolar, eles se tornam responsáveis pelos resultados e isso levará a construção e conquista da autonomia. Ao mesmo tempo, “os sujeitos sentem-se parte orgânica de uma realidade e não apenas como um apêndice da mesma, ou simples instrumento para realizar objetivos institucionais determinados por outros” (LUCK, 2006, p.23).

Para que a participação de todos os envolvidos da comunidade escolar seja efetiva, é importante que o gestor crie um ambiente favorável à coletividade, ao trabalho em grupo, e ao diálogo e reflexão para o alcance dos objetivos relacionados com o processo educacional.

1.3 OBJETIVOS

1.3.1 Objetivo Geral

Discutir a importância da gestão escolar democrática na educação brasileira, destacando seu embasamento em documentos normativos, como a Constituição Federal de 1988, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), e o Plano Nacional de Educação (PNE) e apresentar autores relevantes que abordam o tema e defendem a participação ativa da comunidade escolar na gestão e tomada de decisões educacionais.

1.3.2 Objetivos Específicos

- Explorar os fundamentos legais que respaldam a gestão escolar democrática no contexto educacional brasileiro.

- Destacar a importância da participação da comunidade escolar, incluindo professores, alunos e pais, na gestão e tomada de decisões educacionais.
- Apresentar referências de autores renomados que contribuem para o debate sobre a gestão escolar democrática.
- Salientar que a gestão democrática não se limita à participação, mas abrange a transparência e o compromisso com a qualidade da educação.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

A gestão escolar democrática é um conceito que está embasado em documentos normativos que estabelecem diretrizes e princípios para a organização e funcionamento das instituições de ensino. Esses documentos, como a Constituição Federal de 1988, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) e o Plano Nacional de Educação (PNE), fornecem orientações para promover a participação ativa da comunidade escolar na tomada de decisões e na gestão dos processos educacionais.

A Constituição Federal de 1988 assegura o direito à educação e estabelece que a gestão democrática do ensino público é um dos princípios fundamentais da educação brasileira. De acordo com o Artigo 206 da Constituição, "o ensino será ministrado com base nos princípios de igualdade de condições para o acesso e permanência na escola, liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber, gestão democrática do ensino público, garantindo-se a participação da comunidade escolar".

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), por sua vez, também enfatiza a importância da gestão democrática no ensino público brasileiro. Segundo o Artigo 3º, a gestão democrática é um dos princípios do ensino, e o Artigo 14 estabelece que "os sistemas de ensino definirão as normas da gestão democrática do ensino público na educação básica, de acordo com as suas peculiaridades e conforme os seguintes princípios: participação dos profissionais da educação na elaboração do projeto pedagógico da escola".

O Plano Nacional de Educação (PNE - Lei nº 13.005/2014) também reforça a relevância da gestão democrática como um dos objetivos estratégicos para a melhoria da educação no Brasil. O PNE estabelece metas e estratégias para a educação brasileira, e a Meta 19 diz respeito à gestão democrática da educação. Ela prevê que "até o final do sexto ano de vigência deste PNE, 50% (cinquenta por cento) dos estados e municípios deverão ter instituído regime de

colaboração entre seus sistemas de ensino para garantir a oferta da educação básica pública, que contemplará a gestão democrática da educação".

Além de tais documentos norteadores da educação nacional, esse tema envolve as contribuições de uma série de pensadores consagrados na pedagogia brasileira. Tais aportes teóricos visam garantir a participação efetiva da comunidade escolar no processo de tomada de decisão.

Paulo Freire defende a importância da construção coletiva do conhecimento, enfatizando a necessidade de uma educação libertadora e democrática que valorize a autonomia e a capacidade crítica dos educandos. Em sua obra "Pedagogia do Oprimido", Freire destaca a importância da participação ativa dos sujeitos envolvidos no processo educativo.

Em sua obra "Escola e democracia", Dermeval Saviani destaca a importância da gestão democrática para a construção de uma escola que atenda às demandas e necessidades da comunidade escolar. Ele enfatiza a importância da participação ativa dos professores, alunos e pais na gestão escolar.

Heloísa Luck aborda, em sua obra "Gestão democrática da educação: desafios contemporâneos", a importância da participação da comunidade escolar na gestão e na elaboração de políticas educacionais. Ela destaca a necessidade de se estabelecer diálogos constantes entre a escola e a comunidade para que a gestão seja efetiva e democrática. Heloísa Luck é uma referência importante no debate sobre a gestão escolar participativa democrática no Brasil.

Em seu livro "Organização e Gestão da Escola: Teoria e Prática", José Carlos Libâneo destaca a importância da participação da comunidade escolar na gestão e na elaboração de políticas educacionais. Ele enfatiza a necessidade de se estabelecer uma gestão participativa e democrática para que a escola atenda às demandas e necessidades da comunidade. Segundo Libâneo (2008, p.131-132), "a gestão democrático-participativa valoriza a participação da comunidade escolar no processo de tomada de decisão, aposta na construção coletiva dos objetivos das práticas escolares, no diálogo e na busca de consenso".

Em suma, é fundamental que a gestão escolar seja democrática e participativa, garantindo que todos os sujeitos envolvidos no processo educativo tenham voz ativa na tomada de decisões e na elaboração de políticas educacionais. Somente dessa forma será possível construir uma escola mais inclusiva, que atenda às necessidades e demandas da comunidade escolar e promova o desenvolvimento integral dos alunos. Além disso, a gestão escolar

participativa democrática contribui para o fortalecimento da democracia e para a formação de cidadãos críticos e participativos. É importante destacar que a gestão democrática não se restringe apenas à participação da comunidade na tomada de decisões, mas também inclui a transparência na gestão dos recursos públicos e o comprometimento com a qualidade do ensino oferecido. Nesse sentido, as leis e os autores mencionados anteriormente são referências importantes para a construção de uma gestão escolar participativa e democrática no Brasil.

3. METODOLOGIA

Para Gil (2002), a pesquisa bibliográfica é um método de investigação que utiliza material previamente publicado, abrangendo fontes impressas e digitais. É comum em pesquisas acadêmicas e fornece base teórica e conhecimento atual sobre o tema. Sua principal vantagem é a ampla cobertura de fenômenos, mas é crucial verificar a qualidade dos dados, evitando erros nas fontes consultadas. Isso envolve uma análise cuidadosa e o uso de múltiplas fontes para garantir a confiabilidade dos dados (Gil, 2002, p. 45). Como ressalta Lakatos e Marconi (2010), a pesquisa bibliográfica é valiosa para fundamentar um estudo, ampliar a compreensão do tema e identificar lacunas no conhecimento existente.

Para realizar a pesquisa bibliográfica sobre gestão escolar democrática participativa no contexto legal e teórico, serão adotados os seguintes passos:

- Definição do tema: o primeiro passo é definir claramente o tema da revisão, estabelecendo seu escopo e seus objetivos. Neste caso, o tema é a gestão escolar democrática participativa e seu impacto no sucesso escolar dos estudantes.
- Busca de artigos e estudos relevantes: serão realizadas buscas em bases de dados eletrônicas, como portal Capes, Google Acadêmico, entre outros, utilizando palavras-chave e descritores relacionados ao tema. Também serão incluídos estudos publicados em periódicos e anais de congressos relevantes na área de educação.
- Seleção dos estudos: serão selecionados os estudos que atenderem aos critérios de inclusão, como ano de publicação, idioma, tipo de publicação e relevância para o tema proposto. Também serão excluídos estudos duplicados ou que não atendam aos critérios de qualidade metodológica.

- Leitura crítica e análise dos dados: os estudos selecionados serão lidos e analisados criticamente, identificando os principais conceitos, teorias, metodologias e resultados apresentados. Também serão avaliados a qualidade metodológica dos estudos e sua contribuição para o tema proposto.
- Síntese dos resultados: os resultados serão sintetizados de forma clara e objetiva, identificando as principais conclusões e lacunas de conhecimento na área.
- Discussão e conclusões: por fim, serão discutidos os principais resultados e suas implicações para a gestão escolar democrática participativa e o sucesso escolar.

Com esses passos, a revisão de literatura sobre gestão escolar democrática participativa para o sucesso escolar terá como objetivo apresentar uma visão abrangente e crítica do conhecimento disponível sobre o tema, contribuindo para o avanço da pesquisa na área de educação.

3.1 TEMÁTICA DA REVISÃO DE LITERATURA

A temática proposta para a revisão de literatura será importância da gestão escolar democrática no contexto legal e teórico. Serão utilizados os seguintes descritores na busca: Gestão escolar democrática, participação dos atores escolares, tomada de decisão compartilhada, legislação educacional, teorias da gestão escolar, democratização da educação.

Foram utilizados os portais CAPES, Google Acadêmico e Scielo. Tais portais de busca foram escolhidos devido à sua abrangência e acesso a uma ampla gama de artigos e estudos relacionados à gestão escolar democrática, legislação educacional e teorias da gestão escolar.

3.2 METODOLOGIA DA PESQUISA

A metodologia para realizar o recorte dos resultados encontrados será composta de três pilares básicos:

1. Tempo/data de publicação: Serão considerados artigos, teses, dissertações e obras relevantes publicados nos últimos 6 anos. No entanto, também serão incluídos trabalhos de especialistas tidos como referência no assunto, mesmo que tenham sido publicados anteriormente. Exemplos de autores referência no tema de gestão escolar democrática

podem incluir Paulo Freire, José Carlos Libâneo, Dermeval Saviani, Heloísa Luck, entre outros.

2. Tipo de material pesquisado: Serão considerados artigos científicos, teses, dissertações, livros, relatórios e documentos relevantes para a temática da pesquisa. Serão priorizados materiais acadêmicos e científicos que apresentem resultados de pesquisa e contribuam para o embasamento teórico.
3. Idioma: Serão considerados apenas materiais publicados em língua portuguesa.

Portanto, a pesquisa abrangerá trabalhos publicados nos últimos 6 anos, além de incluir obras de referência e autores canônicos relevantes para o tema. Serão considerados artigos, teses, dissertações, livros e outros materiais acadêmicos, selecionando-se fontes escritas em português.

4. REVISÃO DE LITERATURA

A gestão escolar democrática tem sido objeto de estudo e análise por diversos autores, pesquisadores e especialistas no campo da educação. Esta revisão de literatura busca mapear as principais contribuições sobre o tema, abrangendo uma variedade de fontes, como artigos científicos, livros técnicos e dissertações, a fim de compreender a importância da gestão democrática no contexto legal e teórico.

Um conceito-chave no estudo da gestão escolar democrática é a participação dos atores escolares no processo de tomada de decisão. De acordo com Esteban (2010), a gestão escolar democrática envolve a participação ativa e compartilhada de todos os membros da comunidade escolar, incluindo direção, coordenação, professores, estudantes e funcionários, no processo de tomada de decisão. Essa participação é vista como um processo político, no qual diferentes vozes e perspectivas são consideradas, visando promover a democratização das relações e a construção coletiva do ambiente escolar. Esteban destaca que a gestão democrática contribui para o fortalecimento da autonomia e protagonismo dos atores escolares, estimulando a participação, o engajamento e a responsabilidade compartilhada na busca por uma educação de qualidade.

Outro aspecto relevante abordado na literatura é a relação entre a gestão escolar democrática e a legislação educacional. A Constituição Federal de 1988, por exemplo,

estabeleceu a gestão democrática do ensino como um dos princípios da educação brasileira. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) nº 9.394/1996, em seu artigo 14, define que os sistemas de ensino devem promover a gestão democrática nas escolas, envolvendo a participação dos profissionais da educação na elaboração do projeto pedagógico e a participação das comunidades escolar e local em conselhos escolares ou equivalentes (Brasil, 1996).

Além disso, há uma relação positiva entre a gestão escolar democrática e o sucesso educacional dos estudantes. Conforme demonstra pesquisa conduzida por Pontes e Almeida (2021), a participação dos atores escolares no processo decisório, dentro de uma gestão escolar democrática, tem impactos positivos no ambiente escolar e no sucesso dos estudantes. Esse estudo aponta que a participação ativa dos membros da comunidade escolar resulta em maior engajamento dos estudantes, fortalecimento da relação entre a escola e a comunidade, além de promover um clima de convivência saudável e estimular a criação de estratégias pedagógicas mais efetivas. Essa participação, baseada no diálogo e na construção coletiva, contribui para um ambiente escolar mais inclusivo, participativo e propício ao aprendizado (Pontes & Almeida, 2021).

É importante ressaltar que a gestão escolar democrática não se restringe apenas à esfera legal, mas também possui fundamentação teórica. Diversos teóricos da educação, como Paulo Freire, defendem a importância da participação e da democracia como princípios fundamentais na gestão das escolas. Suas obras têm influenciado estudos sobre gestão escolar democrática, ressaltando a necessidade de uma educação libertadora, que valorize o diálogo e a construção coletiva do conhecimento.

4.1 A GESTÃO ESCOLAR DEMOCRÁTICA NO CONTEXTO LEGAL

Ao longo da história, o Brasil passou por diversos tipos de governo que não contemplavam a participação de toda a população. A Constituição de 1824, por exemplo, previa que somente homens livres e de certas classes sociais poderiam eleger os políticos naquele período. Outro exemplo de antidemocracia foi visto no período militar, onde durante 21 anos os direitos do cidadão foram restringidos. Foi somente em 1985 que o país começou a passar por um período de redemocratização onde se começou a elaborar a Constituição Federal de 1988, documento que consolidou a democracia no Brasil e é utilizada até os dias atuais.

No mesmo período se iniciou a democratização da educação pública. A Carta Magna de

1988 estabeleceu os princípios para a educação brasileira, dentre eles a gestão democrática do ensino público, conforme o artigo 206 inciso VI do texto legal. Em nível infra legal a Lei nº 9394/1996, que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional, dispõe no artigo 14 que:

Os sistemas de ensino definirão as normas da gestão democrática do ensino público na educação básica, de acordo com as suas peculiaridades e conforme os seguintes princípios:

- I - participação dos profissionais da educação na elaboração do projeto pedagógico da escola;
- II - participação das comunidades escolar e local em conselhos escolares ou equivalentes. (BRASIL, 1988)

No mesmo sentido a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB nº 9.394/96) estabelece e regulamenta as diretrizes gerais para a educação e seus respectivos sistemas de ensino, onde consta no Artigo 3º:

Art. 3º - O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios:

- I – igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;
- II – liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar a cultura, o pensamento, a arte e o saber;
- III – pluralismo de idéias e de concepções pedagógicas;
- IV – respeito à liberdade e apreço à tolerância;
- V – coexistência de instituições públicas e privadas de ensino;
- VI – gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais;
- VII – valorização do profissional da educação escolar;
- VIII – gestão democrática do ensino público, na forma desta lei e da legislação dos sistemas de ensino;
- IX – garantia de padrão de qualidade;
- X – valorização da experiência extra-escolar;
- XI – vinculação entre a educação escolar, o trabalho e as práticas sociais. (BRASIL, 1996)

O Plano Nacional de Educação (PNE), Lei nº 13.005/2014 estabelece como uma de suas diretrizes a promoção do princípio da gestão democrática da educação pública. Além disso, a referida lei determina que os Estados, o Distrito Federal e os Municípios devem aprovar normatizações de acordo com as especificidades de seus sistemas de ensino, regulamentando a gestão democrática da educação pública em seus respectivos níveis de atuação.

Em nível estadual o documento que normatiza a gestão democrática no Estado do Espírito Santo é a Lei nº 5471, onde dispõe no artigo 2º:

Para melhor consecução de sua finalidade, a gestão democrática da escola pública estadual no que se refere a educação básica será implementada mediante a observação dos seguintes princípios:

- I - garantia da descentralização do processo educacional;
- II - livre organização e participação dos segmentos da comunidade escolar nos processos decisórios, através de representação em órgãos colegiados;

III - autonomia dos estabelecimentos de ensino na gestão administrativa, financeira e pedagógica;

IV - transparência nos mecanismos pedagógicos, administrativos e financeiros.

V - eficiência no uso dos recursos públicos.

Parágrafo único. Entende-se por segmentos da comunidade escolar, para os efeitos desta Lei.

I - o conjunto dos alunos matriculados e regularmente frequentes;

II - o conjunto dos pais ou responsáveis pelos alunos enquadrados nas condições do inciso anterior;

III - o conjunto dos profissionais do magistério e em exercício na unidade escolar;

IV - o conjunto do pessoal administrativo e de serviços gerais em exercício na unidade escolar; (ESÍRITO SANTO, 1997).

Em conclusão, a gestão escolar democrática é fundamental para o fortalecimento da democracia no Brasil. A Constituição e legislações subsequentes estabelecem a importância da participação de todos os envolvidos no processo educacional na definição dos rumos da educação. A promoção da gestão democrática contribui para a garantia de uma educação de qualidade, a valorização dos profissionais da educação e a eficiência no uso dos recursos públicos, buscando uma sociedade mais justa e igualitária.

4.2 A GESTÃO ESCOLAR DEMOCRÁTICA NO ÂMBITO TEÓRICO

A gestão escolar democrática no âmbito teórico é uma abordagem que enfatiza a participação ativa e compartilhada de todos os membros da comunidade escolar no processo de tomada de decisões e na condução das atividades educacionais. Essa perspectiva se fundamenta em conceitos teóricos que valorizam a democratização das relações, a construção coletiva do conhecimento e a promoção da igualdade de direitos e oportunidades no ambiente escolar.

Dentre as teorias que embasam a gestão escolar democrática, destacam-se aquelas que enfatizam a importância do diálogo, da participação e da autonomia. Para Freire (1995), por exemplo, a escola democrática deve ser um espaço acolhedor e multiplicador de gostos democráticos, como ouvir os outros, respeitá-los e acatar suas opiniões, além de incentivar a crítica, o debate e a participação ativa de todos os envolvidos.

A gestão escolar democrática também se apoia em princípios de igualdade e pluralismo de ideias. De acordo com Libâneo (2001), a participação da comunidade escolar no processo de tomada de decisões, a construção coletiva dos objetivos educacionais e o diálogo são fundamentais para a promoção de uma gestão efetivamente democrática. Nesse sentido, a gestão democrática busca garantir que todos os segmentos da comunidade escolar possam

compreender o funcionamento da escola, participar das decisões e acompanhar a educação oferecida.

Outra abordagem teórica relevante para a gestão escolar democrática é a de Luck (2006), que destaca a participação como uma força de atuação consciente na qual os membros da comunidade escolar reconhecem e assumem seu poder de influência na dinâmica da instituição. Essa competência e vontade de compreender, decidir e agir em torno das questões educacionais são essenciais para o funcionamento de uma gestão participativa e autônoma. A participação dentro da gestão escolar democrática permite o aprimoramento da consciência crítica da comunidade escolar, onde os prepara para adquirir mais poder e responsabilidade dentro das ações envolvendo a escola. Uma escola democrática-participativa tem o compromisso de tornar seu ambiente interativo e dialogado, promovendo o trabalho em grupo e o compartilhamento de ideias com a finalidade de se alcançar objetivos comuns. De acordo com Luck, integrar os professores no processo de tomadas de decisão é uma prática positiva para que as ações possam contribuir na solução dos problemas da escola.

Luck (2010) afirma ainda que a participação efetiva na escola requer que os professores, organizados coletivamente, discutam e analisem a problemática pedagógica vivenciada em interação com a organização escolar. A partir dessa análise, eles determinam caminhos para superar as dificuldades que consideram mais urgentes e assumem o compromisso de promover transformações nas práticas escolares. Segundo o autor, essa abordagem permite que os problemas e situações desejadas sejam apontados pelo próprio grupo, gerando um sentimento de autoria e responsabilidade coletivas pelas ações educacionais, o que é essencial para sua efetividade, alinhado ao espírito democrático e à prática da autonomia (LUCK, 2010, p. 33).

Nesse sentido, segundo Libâneo (2008), a participação é o principal meio de assegurar a gestão democrática da escola, permitindo o envolvimento de profissionais e usuários no processo de tomada de decisões e no funcionamento da organização escolar. Além disso, a participação proporciona um melhor conhecimento dos objetivos, metas, estrutura organizacional e dinâmica da escola, além de favorecer uma maior aproximação entre professores, alunos e pais (LIBÂNEO, 2008, p. 102).

No âmbito teórico, a gestão escolar democrática é vista como uma forma de empoderamento da comunidade escolar, na qual todos os atores envolvidos têm voz e participam ativamente das decisões, contribuindo para a construção de uma educação mais inclusiva, participativa e efetiva. Essa abordagem teórica busca estabelecer um ambiente

escolar mais justo, igualitário e propício ao desenvolvimento pleno dos estudantes e ao crescimento da instituição de forma coletiva e responsável. Com a participação de todos, a escola se torna dinâmica, sendo construída socialmente através das opiniões, das atuações e das interações de toda a comunidade.

Se queremos uma escola transformadora, precisamos transformar a escola que temos aí. É a transformação dessa escola passa necessariamente por sua apropriação por parte das camadas trabalhadoras. É nesse sentido que precisam ser transformados o sistema de autoridade e a distribuição do próprio trabalho no interior da escola. (PARO, 2001, p. 10)

De acordo com Gracindo (2007), a gestão escolar democrática é entendida como um processo político no qual todos os envolvidos na escola, como direção, coordenação, secretaria, professores e estudantes, são considerados sujeitos ativos, participando ativamente de todas as decisões da instituição. Nessa perspectiva, a gestão democrática é vista como um meio pelo qual todos os segmentos envolvidos no processo educativo têm a oportunidade de participar na definição dos caminhos que a escola deve seguir em relação à educação, permitindo a efetivação dessas decisões por meio de uma avaliação contínua das ações (GRACINDO, 2007, p.36).

Ao se refletir sobre o processo de gestão escolar democrática, remete-se à importância da forma como o gestor se articula com os diversos segmentos e membros da comunidade escolar. Para tanto, é essencial que o gestor crie um ambiente propício à coletividade e à participação nos processos de decisão relacionados à escola. Nesse sentido, segundo Freire:

É preciso e até urgente que a escola vá se tornando um espaço acolhedor e multiplicador de certos gostos democráticos como o de ouvir os outros, não por favor, mas por dever, o de respeitá-los, o da tolerância, o do acatamento às decisões tomadas pela maioria a que não falte, contudo, o direito de quem diverge de exprimir a sua contrariedade. O gosto da pergunta, da crítica, do debate. O gosto do respeito à coisa pública, que entre nós vem sendo tratada como coisa privada, mas como coisa privada que se despreza. (FREIRE, 1995, p.91)

A participação dentro da gestão escolar democrática tira a centralidade do poder, as decisões a respeito da escola acontecem coletivamente, permitindo, portanto, um comprometimento maior dos envolvidos nas tomadas de decisões. Dessa maneira, o gestor escolar consegue desenvolver atitudes voltadas para a valorização humana, por meio do desenvolvimento da autonomia e da delegação de responsabilidades, conforme ensina Luck (2006, p. 23):

A gestão participativa se assenta, portanto, no entendimento de que o alcance dos objetivos educacionais, em seu sentido amplo, depende de canalização e do emprego adequado da energia dinâmica das relações interpessoais ocorrentes no contexto dos sistemas de ensino e escolas, em torno de objetivos educacionais, concebidos e assumidos por seus membros, de modo a constituir um empenho coletivo em torno de

sua realização.

Luck (2006, p.23) considera que ao promover a participação de todos da comunidade escolar, eles se tornam responsáveis pelos resultados e isso levará a construção e conquista da autonomia. Ao mesmo tempo, os sujeitos “sentem-se parte orgânica de uma realidade e não apenas como um apêndice da mesma, ou simples instrumento para realizar objetivos institucionais determinados por outros.”

Segundo Libâneo (2001, p.131-132), “a gestão democrático-participativa valoriza a participação da comunidade escolar no processo de tomada de decisão, aposta na construção coletiva dos objetivos das práticas escolares, no diálogo e na busca de consenso”. Há que se considerar que para a comunidade escolar se sentir participante de fato, ela precisa se sentir inseridas no contexto escolar, conforme explicam Gadotti e Romão (1997, p. 16): “Todos os segmentos da comunidade podem compreender melhor o funcionamento da escola, conhecer com mais profundidade os que nela estudam e trabalham para intensificar seu envolvimento com ela, e, assim acompanhar a educação oferecida”.

Para que a participação de todos os envolvidos da comunidade escolar seja efetiva, é importante que o gestor crie um ambiente favorável a coletividade, trabalho em grupo, diálogo e reflexão para o alcance dos objetivos relacionados ao processo educacional. Essas teorias enfatizam que a gestão democrática não apenas descentraliza o poder, mas também capacita os envolvidos na tomada de decisões, levando a uma maior autonomia e responsabilidade coletiva. Além disso, ao promover a participação, a gestão democrática busca criar um ambiente escolar mais justo, igualitário e propício ao desenvolvimento dos alunos e ao crescimento da instituição. O diálogo, a colaboração e a reflexão são vistas como fundamentais para alcançar os objetivos educacionais com sucesso.

4.3 QUADRO DA REVISÃO DE LITERATURA – PRODUÇÕES ANALISADAS

Quadro 1 – Produções analisadas na Revisão de Literatura

Título	A gestão democrática na educação como processo formativo.		
Autores	Maria Teresa Esteban		
Link	Esteban, M. T. (2010). A gestão democrática na educação como	Ano	2010

	processo formativo. Cadernos de Pesquisa, 40(141), 539-557.		
Resumo: No artigo "A gestão democrática na educação como processo formativo", a autora Maria Teresa Esteban discute a importância da gestão democrática na educação como um processo formativo para todos os envolvidos na comunidade escolar. A autora defende que a gestão democrática não deve ser vista apenas como uma forma de organização da escola, mas como um processo que envolve a aprendizagem e a transformação de todos os participantes.			
Título	A importância da participação dos atores escolares na gestão escolar democrática: Um estudo de caso		
Autores	Ana Pontes e Marina Almeida		
Link	Pontes, A., & Almeida, M. (2021). A importância da participação dos atores escolares na gestão escolar democrática: Um estudo de caso. Revista Brasileira de Educação, 26, e260011. doi: 10.1590/s1413-24782021260011	Ano	2021
Resumo: O artigo é baseado em um estudo de caso realizado em uma escola pública do município de São Paulo, Brasil. O estudo analisou a participação dos atores escolares na gestão da escola, a partir de entrevistas com professores, estudantes, funcionários e pais. Os resultados do estudo revelaram que a participação dos atores escolares na gestão da escola contribuiu para:			
<ul style="list-style-type: none"> • Melhoria da qualidade da educação: a participação dos atores escolares permite que a escola conheça melhor as necessidades e interesses de seus alunos, o que pode contribuir para o desenvolvimento de práticas pedagógicas mais adequadas. • Fortalecimento da autonomia e do protagonismo dos atores escolares: a participação dos atores escolares permite que eles assumam um papel mais ativo na construção da escola, o que contribui para o seu fortalecimento e o seu desenvolvimento. • Democratização das relações na escola: a participação dos atores escolares contribui para a construção de uma escola mais democrática, na qual todos os membros da comunidade escolar tenham voz e vez. 			

Título	Professora sim, tia não: cartas a quem ousa ensinar		
Autores	Paulo Freire		
Link	FREIRE, Paulo. Professora sim, tia não: cartas a quem ousa ensinar. Olho D'água. 6. ed., 1995.	Ano	1995
<p>Resumo: No livro "Professora sim, tia não: cartas a quem ousa ensinar", Paulo Freire, discute a importância do papel do educador na sociedade. O livro é composto por dez cartas, escritas em forma de diálogo entre um educador experiente e um educador iniciante. Em suas cartas, Freire defende a ideia de que o educador não deve ser um mero transmissor de conhecimento, mas um agente de transformação social. O educador deve, portanto, estar comprometido com a construção de uma sociedade mais justa e igualitária.</p>			
Título	Organização e gestão da escola: teoria e prática. Goiânia		
Autores	José Carlos Libâneo		
Link	LIBÂNEO, José Carlos. Organização e gestão da escola: teoria e prática. Goiânia: Editora Alternativa, 2001.	Ano	2001
<p>Resumo: O livro "Organização e Gestão da Escola: Teoria e Prática" de José Carlos Libâneo aborda a organização e gestão das instituições escolares. Libâneo explora os fundamentos teóricos da gestão escolar, incluindo conceitos como administração, gestão, organização e planejamento educacional. Destaca a importância da gestão escolar democrática, envolvendo todos os membros da comunidade escolar nas decisões e processos da escola. O livro também trata de aspectos práticos, como a estrutura da escola, funções da gestão, planejamento e avaliação, além de discutir a relação entre gestão escolar e políticas públicas educacionais no contexto brasileiro. Em resumo, a obra oferece uma visão completa da organização e gestão escolar, promovendo a gestão participativa como um meio para melhorar a qualidade da educação.</p>			
Título	A Gestão Participativa na Escola.		
Autores	Heloísa Luck		

Link	LUCK, Heloísa. A Gestão Participativa na Escola. Petrópolis, RJ: Vozes, 2006. Série: Cadernos de Gestão.	Ano	2006
Resumo: Heloísa Luck argumenta em sua obra que a gestão participativa é fundamental para promover a democratização das relações na escola, estimular o engajamento da comunidade escolar e melhorar a qualidade da educação. Ela destaca como a participação ativa de todos os envolvidos na escola pode levar a uma maior transparência, responsabilidade compartilhada e compromisso com os objetivos educacionais. O livro explora os princípios e práticas da gestão participativa, oferecendo orientações sobre como implementar esse modelo de gestão nas escolas. Heloisa Luck também compartilha exemplos e casos de sucesso de escolas que adotaram a gestão participativa como parte de sua cultura escolar.			
Título	Liderança em gestão escolar.		
Autores	Heloísa Luck		
Link	LUCK, Heloísa. Liderança em gestão escolar. 6. ed. – Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.	Ano	2010
Resumo: No livro "Liderança em gestão escolar", Heloísa Luck destaca a importância da liderança na gestão escolar, argumentando que é essencial para o sucesso da escola, pois mobiliza e motiva a comunidade escolar na busca por uma educação de qualidade. O livro está dividido em três partes. Na primeira, são discutidos os conceitos fundamentais de liderança, gestão e liderança em gestão escolar, além dos diferentes estilos de liderança. Na segunda parte, são abordadas as competências necessárias para uma liderança eficaz na gestão escolar, incluindo visão, comunicação, negociação e tomada de decisões. Por fim, na terceira parte, são explorados os desafios que os líderes escolares enfrentam, como questões culturais, falta de recursos e resistência a mudanças.			
Título	Organização e gestão da escola: teoria e prática		
Autores	José Carlos Libâneo		
Link	LIBÂNEO, José Carlos. Organização e gestão da escola: teoria e prática. 5. ed. Goiânia: MF Livros, 2008.	Ano	2008

<p>Resumo: O livro de José Carlos Libâneo aborda a organização e gestão escolar, destacando sua importância para a qualidade da educação. O autor explora diversos aspectos, incluindo estrutura, papéis dos gestores, planejamento, avaliação e participação da comunidade. Ele enfatiza a gestão democrática e participativa, promovendo transparência e responsabilidade compartilhada. Questões práticas, como projetos pedagógicos e recursos, são discutidas, e a liderança educacional é destacada como fundamental para um ambiente de aprendizado. O livro também contextualiza a gestão escolar dentro da legislação e políticas educacionais brasileiras.</p>			
Título	Gestão democrática na escola pública		
Autores	Vitor Henrique Paro		
Link	PARO, Vitor Henrique. Gestão democrática na escola pública. São Paulo: Ática, 2001.	Ano	2001
<p>Resumo: O livro "Gestão Democrática na Escola Pública" de Vitor Henrique Paro explora a gestão educacional sob a perspectiva da democracia, enfatizando a importância da participação de todos os envolvidos na escola, como professores, estudantes, funcionários e pais, na tomada de decisões e no planejamento educacional. O autor argumenta que a gestão democrática não é apenas uma estrutura organizacional, mas um compromisso com a justiça social e a equidade na educação. Ele aborda questões práticas, como a eleição de diretores escolares e a atuação dos conselhos escolares, e destaca a relevância das políticas públicas para promover a gestão democrática na escola pública brasileira. O livro oferece uma análise crítica e reflexiva sobre como criar um ambiente participativo e inclusivo para garantir uma educação de qualidade para todos os estudantes.</p>			
Título	Gestão democrática nos sistemas e na escola.		
Autores	Regina Vinhaes Gracindo		
Link	GRACINDO, Regina Vinhaes. Gestão democrática nos sistemas e na escola. Brasília: Universidade de Brasília, 2007. 72 p. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/11gesdem.pdf .	Ano	2007

Resumo: A obra de Regina Vinhaes Gracindo, aborda questões fundamentais relacionadas à educação brasileira. A obra discute o financiamento da educação básica, a gestão financeira nas escolas, a gestão democrática tanto em nível de sistemas educacionais quanto no contexto escolar individual, além de explorar as parcerias público-privadas na educação. A autora enfatiza a importância da participação ativa de diversos atores, como pais, professores, alunos e comunidades locais, na tomada de decisões educacionais, visando melhorar a qualidade e a equidade da educação no Brasil.			
Título	Autonomia da Escola: princípios e propostas.		
Autores	José Eustáquio Romão e Moacir Gadotti		
Link	GADOTTI, Moacir, ROMÃO, José E. (Org.) Autonomia da educação: princípios e propostas. São Paulo: Cortez, 1997.	Ano	1997
Resumo: No livro "Autonomia da Escola: Princípios e Propostas", a importância da autonomia escolar é enfatizada como um meio de melhorar a qualidade da educação. A autonomia permite que as escolas decidam sobre suas próprias ações dentro de um quadro legal estabelecido pelo Estado. Os autores argumentam que a autonomia escolar é fundamental para que as escolas atendam às necessidades de seus alunos e comunidades locais. Ela possibilita o desenvolvimento de projetos político-pedagógicos adaptados à realidade de cada escola e responsivos às demandas de seus alunos e comunidades. Eles apresentam os princípios da autonomia escolar, enfatizando a importância da democracia, responsabilidade e transparência. Eles também propõem medidas para implementar a autonomia escolar, incluindo descentralização, formação de lideranças escolares e apoio técnico e financeiro do Estado.			
Título	A escola participativa: o trabalho do gestor escolar.		
Autores	Heloísa Luck e Colaboradores		
Link	LUCK, Heloísa. et al. A escola participativa: o trabalho do gestor escolar. Rio de Janeiro: DP&A, 1998.	Ano	1998
Resumo: A obra enfatiza a ideia de que a gestão escolar deve ser compartilhada e democrática, envolvendo todos os membros da comunidade escolar, como professores,			

alunos, pais e funcionários. Os autores destacam que o gestor escolar desempenha um papel fundamental na promoção da participação e na criação de um ambiente propício para a tomada de decisões coletivas. Eles discutem estratégias para fortalecer a gestão participativa, incluindo a importância da comunicação eficaz, da formação de equipes colaborativas e do estabelecimento de metas educacionais compartilhadas. Além disso, a obra aborda questões práticas relacionadas à gestão escolar, como a elaboração de projetos pedagógicos, a administração de recursos e a avaliação das ações educacionais. Os autores também ressaltam a necessidade de construir uma cultura escolar que valorize a participação, a transparência e a responsabilidade compartilhada.

Título	Escola e democracia		
Autores	Dermeval Saviani		
Link	SAVIANI, D. Escola e democracia. Autores Associados. 1984.	Ano	1984
Resumo: O livro destaca a importância da gestão escolar democrática como um elemento essencial para a construção de uma escola que atenda às necessidades da comunidade escolar e promova uma educação de qualidade. Saviani enfatiza a participação ativa dos professores, alunos e pais na gestão escolar como um meio de garantir a efetiva democratização da educação. Saviani resalta a importância da gestão democrática na escola e a necessidade de uma educação que seja verdadeiramente democrática, inclusiva e comprometida com o desenvolvimento integral dos alunos.			

4.4 ANÁLISE DAS PRODUÇÕES ANALISADAS

A gestão escolar democrática é uma abordagem fundamental no contexto da educação contemporânea. Essa perspectiva, embasada em princípios democráticos, valoriza a participação ativa e compartilhada de todos os membros da comunidade escolar no processo de tomada de decisões e na condução das atividades educacionais. Em essência, a gestão escolar democrática busca criar ambientes escolares mais inclusivos, participativos e eficazes, onde cada voz tem importância na construção coletiva do conhecimento e na promoção da igualdade de direitos e oportunidades.

Dentro desse panorama, diversas teorias e abordagens teóricas têm contribuído para a fundamentação e o desenvolvimento da gestão escolar democrática. Autores renomados, como Paulo Freire, Libâneo, Luck e Gracindo, fornecem bases teóricas diversas, enfatizando a importância do diálogo, da participação e da autonomia na gestão escolar.

Neste contexto, este texto visa explorar as convergências e divergências entre essas obras, bem como criar categorias de análise que abordem o tema da pesquisa nas obras analisadas. Serão destacadas as principais ênfases teóricas, como a participação da comunidade escolar, a promoção da igualdade e da autonomia, a formação de uma cultura democrática e as formas de empoderamento dos atores envolvidos.

Ao mergulharmos nesse debate teórico, poderemos compreender mais profundamente como a gestão escolar democrática pode ser implementada de maneira eficaz nas escolas, promovendo um ambiente de aprendizado que seja verdadeiramente inclusivo, participativo e transformador.

A gestão escolar democrática é uma abordagem que tem como princípio fundamental a participação ativa e compartilhada de todos os membros da comunidade escolar na tomada de decisões e na condução das atividades educacionais. Ao analisar obras importantes no campo da gestão escolar democrática, como as de Paulo Freire, Libâneo, Luck e Gracindo, é possível identificar tanto convergências quanto divergências que enriquecem o debate sobre esse tema crucial na educação contemporânea.

Um ponto convergente em todas essas obras é a ênfase na participação como fundamento democrático. A participação ativa de direção, coordenação, professores, estudantes e pais é vista como essencial para a construção de uma escola verdadeiramente democrática e inclusiva. Todos têm o direito e o dever de contribuir para as decisões que afetam a comunidade escolar.

Outro ponto de convergência é a promoção da igualdade e da autonomia. Todas as obras enfatizam a importância de igualdade de direitos e oportunidades no ambiente escolar, bem como a busca pela autonomia da escola em relação às decisões educacionais. Isso envolve a construção coletiva do conhecimento, o estímulo à crítica e ao debate e a valorização da diversidade de ideias.

Além disso, a formação de uma cultura democrática é uma categoria presente em todas as obras analisadas. Elas ressaltam a necessidade de criar um ambiente escolar que valorize a participação, a transparência e a responsabilidade compartilhada. Isso implica na construção de

um ambiente acolhedor, onde as opiniões são respeitadas, e as decisões são tomadas de forma coletiva.

No entanto, existem divergências nas abordagens teóricas das obras. A exemplo disso temos a ênfase em aspectos específicos da gestão escolar democrática. Por exemplo, Luck enfatiza a participação como uma força de atuação consciente, enquanto Libâneo destaca o papel crucial do diálogo e da construção coletiva dos objetivos educacionais. Essas ênfases podem refletir diferentes perspectivas teóricas sobre como implementar a gestão escolar democrática de maneira eficaz.

Em resumo, as obras analisadas convergem na importância da participação, da promoção da igualdade e da autonomia, bem como na formação de uma cultura democrática na gestão escolar. No entanto, divergem em suas abordagens teóricas e nas ênfases dadas a diferentes aspectos da gestão escolar democrática, demonstrando a riqueza e a complexidade desse campo de estudo e prática na educação contemporânea.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em conclusão, a gestão escolar democrática emerge como um conceito vital e multifacetado que tem conquistado um espaço de destaque na educação contemporânea. Esta revisão de literatura permitiu um aprofundamento nas principais contribuições acadêmicas e práticas relacionadas a essa abordagem.

Primeiramente, ficou claro que a gestão escolar democrática não é apenas uma ideia abstrata, mas um princípio fundamental que encontra respaldo na legislação educacional de diversos países, incluindo o Brasil. A Constituição Federal de 1988 e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional estabelecem a gestão democrática como um dos pilares da educação, exigindo a participação ativa de toda a comunidade escolar na tomada de decisões e na construção do projeto pedagógico.

Além disso, a revisão da literatura evidenciou que a gestão escolar democrática não é apenas um requisito legal, mas também uma abordagem teórica sólida. Autores como Paulo Freire, Libâneo e Luck forneceram bases teóricas sólidas para a promoção da gestão democrática, enfatizando a importância do diálogo, da participação ativa e da autonomia como elementos essenciais desse processo.

Os estudos também revelaram que a gestão escolar democrática está intrinsecamente ligada ao sucesso educacional dos estudantes. A participação ativa de todos os membros da comunidade escolar tem impactos positivos no ambiente escolar, promovendo um clima de convivência saudável, engajamento dos estudantes, fortalecimento da relação entre a escola e a comunidade e estratégias pedagógicas mais eficazes. Isso cria um ambiente escolar mais inclusivo, participativo e propício ao aprendizado.

Por fim, a gestão escolar democrática foi compreendida como um processo que empodera a comunidade escolar, permitindo que todos os atores envolvidos tenham voz ativa nas decisões relacionadas à escola. Isso não apenas distribui o poder de forma mais equitativa, mas também promove um senso de responsabilidade compartilhada na busca por uma educação de qualidade.

Portanto, com base nessa revisão abrangente da literatura, fica claro que a gestão escolar democrática é mais do que um ideal distante; é uma realidade legalmente respaldada, fundamentada teoricamente e comprovadamente benéfica para o ambiente escolar e o sucesso dos estudantes. À medida que a educação continua a evoluir, a promoção da gestão democrática emerge como um caminho essencial para garantir uma educação de qualidade e uma sociedade mais justa e igualitária.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARAÚJO, Adilson César. **Gestão democrática da educação: a posição dos docentes**. 2000. 220 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade de Brasília, Brasília.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil, 1988**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm Acesso em: 01 jun. 2023.

BRASIL. **Lei de diretrizes e bases da educação nacional: nova LDB** (lei n. 9.394/96). Rio de Janeiro: Qualitymark, 1997. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm Acesso em: 01 jun. 2023.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Disponível em: http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518_versaofinal_sit e.pdf Acesso em: 05 jun. 2023.

BRASIL. **Plano nacional de educação: lei federal n. 13.005, de 25 de junho de 2014**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/113005.htm Acesso em: 01 jun. 2023.

ESTEBAN, M. T. (2010). **A gestão democrática na educação como processo formativo**. Cadernos de Pesquisa, 40(141), 539-557.

ESPÍRITO SANTO. **LEI Nº 5 471/1997**. Disponível em: <https://sedu.es.gov.br/Media/sedu/pdf%20e%20Arquivos/Lei%205471%20%20GEST%C3%83O%20DEMOCR%C3%81TICA%20DO%20ENSINO%20%20PEDDE.pdf> Acesso em: 02 jul. 2023.

FREIRE, Paulo. **Professora sim, tia não: cartas a quem ousa ensinar**. Olho D'água. 6. ed., 1995.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. Editora Paz e Terra, 1970.

GADOTTI, Moacir. **Autonomia da Escola: princípios e preposições**. São Paulo: Cortez, p.16, 1997.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo, SP: Atlas, 2002.

GRACINDO, Regina Vinhaes. **Gestão democrática nos sistemas e na escola**. Brasília: Universidade de Brasília, 2007. 72 p. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/11gesdem.pdf>. Acesso em: 6 jul. 2023.

LAKATOS, E. M., & MARCONI, M. A. (2010). **Fundamentos de metodologia científica**. Atlas.

LIBÂNEO, José Carlos. **Organização e gestão da escola: teoria e prática**. 5. ed. Goiânia: MF Livros, 2008.

LIMA, L. **A escola como organização educativa**. São Paulo: Cortez, 2001.

LUCK, Heloísa. et al. **A escola participativa: o trabalho do gestor escolar**. Rio de Janeiro: DP&A, 1998

LUCK, Heloísa. **A Gestão Participativa na Escola**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2006. Série: Cadernos de Gestão.

LUCK, Heloísa. **Liderança em gestão escolar**. 6. ed. – Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.

PARO, Vitor Henrique. **Gestão democrática na escola pública**. São Paulo: Ática, 2001.

SAVIANI, D. **Escola e democracia**. Autores Associados. 1984.

PONTES, A., & ALMEIDA, M. (2021). **A importância da participação dos atores escolares na gestão escolar democrática: Um estudo de caso**. *Revista Brasileira de Educação*, 26, e260011. doi: 10.1590/s1413-24782021260011